

Vila Operária Confiança: estratégias de preservação do espaço social.

Fernando Rabello Valle Rego.

1 Introdução

Este trabalho visa abordar, a partir da memória coletiva de moradores e ex-moradores da Vila Operária Confiança, estratégias utilizadas pelo grupo a fim de preservar seu local de moradia e sua relação social com aquele espaço. Além disso, destacamos as ações praticadas por aqueles que se opunham à permanência do grupo na Vila Operária após o fechamento de sua fábrica ocorrida em 1965. Localizada em Vila Isabel, no Rio de Janeiro e construída para moradia de operários da Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, a Vila Operária foi inaugurada em 1885.

Este trabalho é parte integrante de pesquisa em andamento no Mestrado em Memória Social e Documento da UNIRIO, e tem por objetivo analisar as diferentes maneiras com que esse grupo se organizou e manteve-se em luta pela manutenção de seu espaço social. É de nosso interesse, ainda, caracterizar suas relações pessoais, laços de solidariedade e conflitos, no que tange à busca em preservar a Vila Operária frente às ameaças ocorridas.

Grande parte de nossas informações, foi obtida por via narrativa, baseada na capacidade de articulação da memória dos entrevistados, o que nos remete a considerações ressaltadas por Halbwachs (1990: 25 - 71)¹.

Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras.

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por

¹ HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifesta-se já bem alterada.

Desta forma trabalhamos com informações que nos possibilitaram um conhecimento sobre o modo de vida destas pessoas, tendo como ponto de partida suas próprias perspectivas e iniciativas.

2 Memória, Trabalho e Luta.

Com a reabertura da fábrica de tecidos Confiança, efetuada por seu novo proprietário, Sr. Menezes de Queiroz no ano de 1933, houve a necessidade de obtenção de mão de obra fazendo que uma grande leva de migrantes, composta principalmente de pernambucanos, conterrâneos de seu novo patrão, viesse a se juntar àqueles remanescentes do período anterior de funcionamento, que durou até 1930.

Este grupo de migrantes vinha diretamente de sua terra, já com promessa de emprego e moradia, mesmo que para isso tivesse que dividir uma mesma casa com outra família, caso bastante comum, senão regra, no espaço da Vila Operária Confiança. Segundo alguns relatos, quase sempre havia a necessidade de duas famílias conviverem, dividindo a mesma moradia, quando muito, uma em cada andar da casa. Este fato por si só já era causa de alguns conflitos, pois nem sempre as famílias em questão se adaptavam umas às outras e começavam, assim, os problemas de relacionamento.

Diante dessa situação, a alternativa encontrada era simplesmente mudar uma das famílias de casa e esperar que a nova tentativa desse certo. Afinal, a quantidade de casas era muito pequena para atendimento da demanda.

Atualmente a Vila conta com 172 casas, distribuídas em um conjunto de nove vilas e são compostas em sua maioria de duas salas, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviços, podendo ser de um ou dois pavimentos.

Enquanto a Fábrica Confiança esteve em funcionamento, até o ano de 1965, as casas da Vila Operária eram administradas diretamente por sua direção, cabendo-lhe todas as obrigações de manutenção e preservação patrimonial.

No decorrer das entrevistas, algumas informações nos dão indícios sobre o critério utilizado para definição daqueles que poderiam usufruir o direito à moradia por se tratarem de empregados da Fábrica. Se considerarmos que a Fábrica chegou a ter em seus quadros um total de 5000 operários e que as casas chegaram ao número máximo de 200 unidades fica fácil perceber a dificuldade da missão. Essa dificuldade se expressa inclusive na reserva com que o assunto é tratado ainda nos dias atuais, demonstrando que a questão deve ser conduzida com bastante critério e cuidado.

Um dos primeiros dados relativos ao assunto, surgiu durante entrevista realizada com o Sr Mathias João da Costa², soldador elétrico, segundo sua própria definição, que nos contou como obteve, diretamente de seu patrão o direito a utilizar uma das casas.

Segundo seu relato, por ter conhecimentos de mecânica de automóveis, foi levado até a residência “do Dr. Menezes”, onde consertou um carro, mas também conheceu aquela que sendo empregada da família, viria a ser sua esposa. E assim ele nos conta que após tornar-se conhecido de “dona Miranda” esposa de seu patrão, ocorre a seguinte cena:

Aí eu fiquei noivo e ela (dona Miranda) falou: “Mathias eu vou arranjar pra você uma casa. Aqui uma casa é pra duas famílias, mas eu vou arranjar uma casa pra você sozinho... você e sua mulher”. Foi na Souza Franco número dez. Ela disse: “Você vem aqui amanhã pra comprar móvel”. Aí eu disse: Mas dona Miranda, com o dinheiro que eu tô não dá pra comprar móvel. Aí ela disse: “Não se incomoda com isso, vem amanhã pra comprar móvel. Vamos lá!” E comprou móvel de toda qualidade que precisava pra mim.

² Entrevista realizada em 17/06/2004 na residência do entrevistado, localizada na Vila Operária Confiança.

Em outra ocasião devido à falta de cumprimento às leis trabalhistas, o direito a moradia era usado também como moeda de troca, chegando até a se tornar uma “indenização por acidente de trabalho”. Foi o caso narrado por Dona Maria de Lurdes Cunha Machado³, a respeito da morte de seu pai em pleno exercício de suas funções. Eis o caso:

Meu pai era filho de português com indiana. Quando meu avô voltou pra terra dele, ficou aqui minha avó com meu pai ainda muito pequeno e na maior pobreza. Então, meu pai com nove anos foi trabalhar na Companhia Confiança Industrial e por ironia do destino, a máquina em que ele começou a trabalhar, como azeiteiro, veio mata-lo aos quarenta e três anos de idade. Ele morreu esfaqueado na Fábrica Confiança.

Diante da tragédia, a solução adotada pela direção da Fábrica foi a de “permitir” que a viúva permanecesse morando com seus filhos numa das casas da Vila Operária. Quanto a esse acerto, Dona Maria de Lurdes faz as seguintes observações:

Eu tinha onze anos. Ele faleceu em 1951. Em 20 de julho de 1951. Aí, mediante a morte do meu pai, o Abdala que era na época o dono da Fábrica fez um acordo com a minha mãe. Ele prometeu a minha mãe que ela iria morar enquanto fôssemos crianças. Enquanto crescêssemos, minha mãe ficava conosco lá. Foi o tipo de indenização que deram à minha mãe. Depois disseram que iam indenizar a minha mãe, mas até hoje estamos esperando e nunca indenizaram a morte do meu pai. Aí passado sete anos, minha mãe conheceu o meu padraсто e eles obrigaram minha mãe a se retirar da casa. Eu e meus irmãos ainda éramos pequenos e eles prometeram que iam deixar, entendeu? Mas não cumpriram nem isso!

³ Entrevista realizada em 23/02/2005 em local próximo à Vila Operária Confiança na Rua Rocha Fragoso 15 - Vila Isabel.

Ainda no decorrer da entrevista de Dona Maria de Lurdes foi possível compreender que o fato de morar uma só família, numa das casas, era visto como um autêntico “privilegio”, mesmo entre os outros trabalhadores da Fábrica:

Até tinha um problema muito chato porque às vezes nós estávamos lá em casa e as pessoas batiam na porta. Aí iam lá procurar casa e o pessoal da administração dizia: Vai lá na casa da viúva do Seu Erotildes! Ela mora numa casa grande sozinha com os três filhos, você vai lá e pede pra ela pra morar lá! Era uma droga. Toda hora tinha gente batendo na porta da minha mãe: - Dona Lea a senhora... e ela dizia: - Não! Aqui eu tenho que cumprir o que me mandaram. Eu morar com os meus três filhos! - Mas a casa é muito grande só pra senhora. A senhora tem que me deixar morar! Aí minha mãe era até grosseira e respondia: - Então vocês deixam o marido de vocês morrer esfaqueado na máquina e vão pedir uma casa pra vocês! Pra eles era como se a casa fosse um prêmio pra minha mãe!

Entretanto, apesar de todas as dificuldades e lutas que tiveram que passar estes operários e seus familiares durante o funcionamento da Fábrica, a situação ficaria muito pior a partir do seu fechamento em 1965. Sem terem suas rescisões contratuais acertadas, sem saber como ficaria sua situação futura e ainda por cima sem emprego, tiveram que lutar com unhas e dentes pela preservação de suas moradias. Ficava o impasse. De quem eram aquelas casas? Da Fábrica? Dos moradores? Do Estado? A vida dessas pessoas entrou em total confusão. A todo instante eram ameaças de despejo, inclusive com uso de violência. Pessoas que se davam ao direito de proprietários, forjavam ordens de despejo, ofereciam quantias irrisórias para que pessoas humildes e de boa fé abandonassem suas casas, fazendo-os abrir mão de um direito conquistado com muitos anos de trabalho. E nesses casos a primeira providência era a derrubada das

casas para que ninguém mais viesse ocupá-las. Não apenas destruindo o imóvel em si, como fazendo desaparecer parcela importante de um conjunto arquitetônico. Numa só investida foram derrubadas mais de dez casas⁴.

A estratégia utilizada por esses prepostos do proprietário da Fábrica para retirar os antigos operários de suas casas teve dois grandes momentos de violência. O primeiro durante os anos oitenta, constituído de violência física mesmo, com uso de capangas e da polícia. O segundo, na década seguinte, com a violência psicológica devido à emissão de inúmeras ordens de despejos e o desespero que isso causava nos moradores.

Num primeiro momento muitas pessoas acabaram se convencendo que teriam mesmo que sair das casas e as abandonaram. Diante disso, outros moradores se preocuparam com a situação e se articularam formando uma associação de moradores a fim de fazer frente a essas ações.

Inicialmente, de acordo com o relato de Dona Josefa Farias Ferreira⁵, essa associação recebeu, em 1982, o nome de Núcleo Noel Rosa passando em 1985, a se chamar Associação de Moradores e Amigos da Vila Operária Confiança. A AMAVOC.

Com relação à estratégia utilizada no segundo momento, isto é, a emissão de várias ordens de despejo simultâneas, fez com que se espalhasse um verdadeiro terror no interior da Vila Operária, mas ao mesmo tempo foi a senha que faltava para uma verdadeira reação popular. A partir daí esse grupo se uniu em torno da AMAVOC, não esmorecendo um só momento até o desfecho final. A seguir trechos do depoimento de Dona Wânia Calado que demonstram bem todo o processo de luta que tiveram que empreender para preservação de suas casas e também de sua articulação política na busca de soluções.

⁴ Conforme relato de Dona Wânia Calado durante entrevista realizada em 1/3/2005 em seu local de trabalho à Rua Rocha Fragoso 15 – Vila Isabel.

⁵ Entrevista realizada em 23/3/2005 no local de trabalho da entrevistada à Rua Gonzaga Bastos 272 loja 3 – Vila Isabel.

Fizemos um bom trabalho junto à Secretaria de Cultura do município, tanto que a gente conseguiu esse tombamento pelo patrimônio histórico. Nós viramos o Rio de Janeiro! Nós fizemos vigílias no meio da rua, de botar o fogão na calçada, da gente ficar três dias sem ir em casa, porque a gente ficava defendendo a casa dos moradores, que já tinham decretado o despejo. A gente ia pra rua, chamava amigos dos outros bairros, amigos de nossas famílias, amigos de trabalho, e a gente fazia carreatas pela rua, a gente fez panelaço, a gente botou o fogão do lado de fora, a gente fazia comida no meio da rua, a gente comia no meio-fio, porque a gente se acorrentou na nossa vila pra que não entrasse ninguém.

E ela conclui mostrando a importância da solidariedade entre os moradores para que fosse possível lutar contra as dificuldades:

Quando era necessário, a gente se unia e voltava à luta. E aqueles que tinham mais conhecimento, aqueles que tinham mais tempo iam até as autoridades, enquanto os outros ficavam olhando filhos, ajudando em passagens. Chegava um dava um almoço porque a gente ficava na rua o dia inteiro procurando ajuda, ia pra procuradoria ia pra Secretaria de Fazenda, ia pra Prefeitura, pra ter audiências com o prefeito, porque foi uma fase muito difícil, a gente teve que tirar muitas certidões de ônus reais, então era um gasto muito grande, porque às vezes a gente tinha que tirar dez certidões, entendeu? Cada uma num registro de imóveis diferente, então era um gasto muito grande...

Como resultado de toda essa ação comunitária foi obtido em 19 de novembro de 2003, o tombamento da Vila operária Confiança, permitindo que seus moradores permanecessem em suas casas, sem sofrerem mais ameaças de despejo.

Contudo, a luta desses ex-operários e descendentes não pararia por aí. No momento em que as casas passam por um processo de abandono por parte de alguns moradores, justo no calor da disputa pela sua posse, algumas pessoas de fora do ambiente fabril, ou mais especificamente, vindo de favelas próximas à região, invadem as casas, nelas permanecendo até os dias de hoje. Este fato, gerador de várias controvérsias vem acarretar disputas internas que se arrastam há anos causando desavenças entre vizinhos que, feridos em seus costumes, interpretam essa interferência como maléfica ao local.

Esse processo de luta, intestina, delicada, capaz de gerar enormes constrangimentos, ainda se arrasta de modo subliminar, já que afinal todos ali passaram pela ameaça de perder suas casas e agora vivem situação semelhante, só que do “outro lado da mesa”. Para estes ex-operários, o que lhes garante o direito de ali morarem é exatamente sua ligação com a história da Fábrica. Direito garantido pelo sentimento de pertencerem àquele espaço vivenciado por eles. Sentimento esse, que por sua ótica, não é correspondido pelos novos moradores.

Somado a isso, segundo nos foi relatado, resta também a certeza de que a luta não terminou com o tombamento efetuado pela Prefeitura, pois os títulos de propriedade ainda não foram obtidos pela maioria dos moradores. Assim, o caminho percorrido por esse grupo na busca de seus objetivos está agora menos árduo, é certo, mas todos devem estar conscientes de que a luta continua, e que para isso precisam estar sempre atentos à preservação desse patrimônio cultural chamado Vila Operária Confiança!